

TEORIA DA NARRATIVA E EPISTEMOLOGIA

Situação da narrativa em uma tipologia dos discursos^a

Prof. Dr. François Rastier (Autor)

C.N.R.S.

Tradutor : Prof. Dr. Jean Cristtus Portela

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho,
Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara
Departamento de Linguística.

Faculdade de Ciências e Letras - Unesp

Revisor: Prof. Dr. Matheus Nogueira Schwartzmann

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Faculdade de Ciências e Letras de Assis.

Unesp - Campus Assis

“No domínio da ciência, tudo se passa com a mesma força, a mesma soberania, a mesma magnificência que nos contos”.

Robert Musil.

1.1. Teoria da narrativa e teoria semiótica

Como o estudo das estruturas narrativas tende a constituir um domínio autônomo de pesquisa, não sabemos qual é a força da teoria da narrativa, nem qual é o seu lugar na economia geral da teoria semiótica.

A primeira incerteza é justificada porque a maioria das definições da estrutura elementar da narrativa é “forte” demais. Esta correlação, por exemplo:

antes vs depois
conteúdo posto conteúdo invertido

pode muito bem dar conta de receitas de cozinha por pouco que a consideremos como homólogas ao *antes* e o *depois* e ao *não comestível* e o *comestível*. Os esforços para definir teoricamente a narrativa poderão ser orientados pelo estudo de casos-limite, que têm um grande interesse heurístico. Por isso, estudaremos um texto científico, no qual a manifestação narrativa é esparsa e intensamente camuflada. Um dos meios de suprimir a

^a O presente artigo encontra-se na seção 2 da segunda parte (p. 163-82) de *Essais de sémiotique discursive* (Mame, 1973), publicado originalmente em *L'Homme*, III: 1, 68-82, 1971. (N.T.)

segunda incerteza (e, ao mesmo tempo, definir, negativamente desta vez, a narrativa) consistirá em estabelecer uma tipologia das manifestações narrativas e não-narrativas. Dessa tipologia conhecemos apenas alguns rudimentos apresentados por Greimas em sua *Semântica Estrutural*^b (p. 168):

	Modelos	funcionais	qualificativos
Manifestações			
prática		tecnológica	científica
mítica		ideológica	axiológica

Admitimos que as estruturas narrativas dependem dos modelos funcionais, pois as operações que elas definem são manifestadas por processos¹. Segundo o quadro acima, poderíamos então conceber a existência de narrativas práticas (tecnológicas) e de narrativas míticas (ideológicas).

Obs.: A oposição prático vs mítico deveria ser redefinida no interior da teoria semântica. Não é suficiente definir a manifestação prática como “a manifestação parcial da dimensão cosmológica” e a manifestação mítica como “a manifestação parcial da dimensão noológica” (Ibid.: 158), pois a operacionalidade científica da distinção entre essas duas dimensões do conteúdo permanece sujeita à discussão.

Deixemos de lado, por um instante, a questão: existem manifestações ideológicas e tecnológicas não-narrativas? As análises da narrativa descreveram até agora apenas narrativas míticas (literatura, folclore etc), mas não “narrativas práticas”. Essa limitação tipológica dos textos estudados influenciou a terminologia e as definições² da teoria da

^b Cf. GREIMAS, Algirdas Julien. *Semântica estrutural*. Trad. Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, Edusp, 1973. (N.T.)

¹ Por exemplo, o estudo de narrativas mínimas: provérbios (Greimas), Wellerismos (Cirese), manchetes (Lindeckens).

² Lembremos que a categoria *função vs qualificação* é relativista. Um enunciado funcional pode ser convertido, metalingüisticamente, em enunciado(s) qualificativo(s), se bem que os progressos da análise

narrativa, e mesmo da teoria semiótica como um todo. Seria, portanto, útil descrever um texto tecnológico-científico. A tipologia acima poderia ser aprimorada e/ou complicada pela introdução da categoria *figurativo vs não-figurativo* que Greimas utiliza também para classificação dos conteúdos. Observamos então que as narrativas descritas até agora são de predominância figurativa, diferentemente do texto que iremos estudar.

1.2. Uma narrativa tecnológico-científica de predominância não-figurativa

Propomos o estudo dos três primeiros tomos dos “Elementos de Ideologia”, de Destutt de Tracy (Paris, 1804)³. Trata-se de uma teoria das faculdades intelectuais (ou *ideologia*, não sendo a palavra senão um homônimo da palavra empregada acima) seguida de uma teoria dos signos e da linguagem. Estamos diante do que podemos chamar, inocentemente, um texto abstrato. Contudo, devemos, para poder analisar seu conteúdo, recorrer aos modelos construídos pela análise estrutural da narrativa. Eis o porquê e como.

1.2.1. A dramatização actancial

É a forma mais aparente de organização dos conteúdos. Observamos que os mesmos conteúdos ocupam os mesmos lugares nos enunciados semânticos, de maneira que, quando um conteúdo *x* é sujeito, é sempre um conteúdo de uma classe *y* que é objeto etc⁴. Aqui, considerando como homólogos os enunciados sob uma função metalinguística do tipo: “Início aqui uma ciência de nossas faculdades intelectuais”, podemos obter a seguinte fórmula canônica⁵:

F (revelar) [A1 : ideólogo
/1/ A2 : natureza do espírito]

Essa fórmula pode ser retomada por sua vez em uma dramatização de nível superior:

F (revelar) [A1, A3 : ideólogo
/2/ A2 : conhecimento
 A4 : humanidade
 A5 : /1/

funcional e da análise qualificativa estão ligados. Dito isso, uma revisão metateórica do estatuto desta categoria é desejável.

³ Lembramos aqui alguns resultados de um estudo intitulado *Idéologie et théorie des signes* (Mouton, 1972). Citado *infra*: IS.

⁴ Cf. supra, as reflexões teóricas sobre as inter-relações dos conteúdos no interior dos enunciados semânticos e a definição desses papéis formais (I, 2, 1, p. 95-114).

⁵ F: função; A1: sujeito; A2: objeto; A3: destinador; A4: destinatário; A5: adjuvante; A6: oponente, cf. Greimas, op. cit.: 204.

A6 : obscurantistas]

Essa dramatização dos enunciados metalinguísticos do texto é reiterada por uma dramatização que implica todos os conteúdos (espírito, linguagens) designados pelo texto como os empirismos da ciência ideológica. Isso permite construir três enunciados canônicos ordenados em um algoritmo:

F (criar) [A1 : espírito /3/ A2 : linguagem A6 : artifício (acarretando o erro)]	F (criar) [A1 : espírito /4/ A2 : conhecimento A5 : linguagem A6 : artifício]
F (comunicar) [A1, A3 : espírito /5/ A2 : conhecimento A4 : humanidade A5 : linguagem A6 : artifício]	

Esses investimentos actanciais são confirmados pelas definições qualificativas atribuídas aos conteúdos. A linguagem, por exemplo, é definida como um *meio*, um *instrumento*, um *auxílio*, do espírito⁶, o que a designa claramente como adjuvante. Assim, os conteúdos como “conhecimento” ou “linguagem” podem ser colocados nas mesmas situações actanciais que ocupam em outra situação a “filha do rei”^c ou o “gafanhoto ferido”^d. Isso não se deve (como sugere Jean Dubois) ao fato de que as relações constitutivas do enunciado impõem aos conteúdos investidos um número limitado de inter-relações, mas ao fato de que as recorrências dos mesmos tipos de enunciados investidos supõem uma estrutura hierarquicamente superior, da ordem de estruturas narrativas.

1.2.2. A narrativização

Examinemos o algoritmo das fórmulas que resumem os principais tipos de inter-relações actanciais presentes no texto. O “espírito” (ou seu substituto anafórico, o

⁶ Cf. *IS*, 1,4.1.

^c A “filha do rei” (a “princesa”) é o “personagem procurado” de Propp, que corresponde ao “objeto” no modelo actancial greimasiano. Cf. PROPP, Vladimir. *Morfologia do conto maravilhoso*. Trad. Jasna Paravich Sarhan. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984. p. 73. (N.T.)

^d No mito indígena bororo, o “gafanhoto ferido” (o “grande gafanhoto”) é o “adjuvante” do qual se vale o herói em uma expedição. O gafanhoto recebe inúmeras flechadas por voar mais devagar que os pássaros. Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991. p. 42. (N.T.)

“Ideólogo”) é o actante sujeito de diferentes fórmulas. Ele aparece, ao mesmo tempo, como sujeito-herói de uma narrativa na qual as fórmulas apresentam as principais etapas:

/1/ resume a missão do herói-espírito, que consiste na identificação de sua *natureza*. Essa identificação tem lugar ao fim de uma sequência disjuntiva. Com efeito, a busca da *natureza* supõe a separação do espaço social, pois o texto indica que o conteúdo “sociedade” é anafórico do conteúdo “artifício”, contrário de “natureza”. Essa separação opera-se por um processo de “introspecção”. Ela é cada vez mais reiterada por uma disjunção temporal, pois a introspecção faz o ideologista conhecer os “elementos originais” do espírito.

A sequência disjuntiva é normalmente seguida por uma sequência performativa, que comporta aqui as três provas canônicas:

/3/ resume a busca do adjuvante, apresentada no texto como uma criação. O *espírito*, malgrado o *artifício*, deve criar uma *linguagem* conforme a *natureza*, portanto, perfeita. Essa linguagem é necessária à constituição do *conhecimento*⁷.

/4/ apresenta a prova principal. A obtenção do objeto do desejo novamente figura aqui como uma criação. O *espírito* constitui o *conhecimento* em duas etapas, a representação das ideias, e a organização das ideias, ambas tornadas possíveis pelo adjuvante *linguagem*.

/5/ apresenta a prova glorificante. O espírito instaura o “reino das luzes”, comunicando o *conhecimento* à *humanidade* por meio da *linguagem* e especialmente da escrita. Essa prova marca uma disjunção espacial (retorno ao espaço social) e temporal (entrada no futuro).

Obs.: O isomorfismo das fórmulas /2/ e /5/, que apresentam respectivamente a ação do Ideologista e do espírito, bastaria para mostrar que, na Ideologia, o método e o objeto são definidos por uma mesma articulação narrativa. Em outros termos, a dramatização do enunciado e a da enunciação são análogas. Isso pode permitir identificar como ideológico (no sentido marxista do termo) o discurso de Tracy.

Será preciso interrogar-se sobre o estatuto desse gênero de formas narrativas que aparece (ainda hoje, infelizmente) no discurso das ciências. Por exemplo, é embaraçoso ver que a prova, na isotopia científica do texto de Tracy, corresponde ao reconhecimento na isotopia mítica⁸.

1.2.3. A estrutura funcional dos actantes

Essa narrativização se traduz pelos semas funcionais atribuídos aos actantes. Por exemplo, se inventariarmos as definições explícitas do herói *espírito*, o encontraremos composto por quatro faculdades: a *sensibilidade*, a *memória*, o *julgamento* e a *vontade*.

⁷ *Ibid.*, 6.

⁸ *Ibid.*, 2.4.2.

Veremos, após a análise, que elas recobrem os semas modais que podemos designar por: *ser* (sentir), *saber* (recordar-se), *poder* (pelo julgamento podemos conhecer), *querer*. Na sintagmática da narrativa, os quatro semas correspondem, respectivamente, às quatro provas ou grupos de funções que iremos estudar: a identificação corresponde ao *ser*; a criação do adjuvante *linguagem*, ao *saber* (como faculdade); a obtenção do objeto manifestado, ao *poder* e, finalmente, a comunicação do objeto manifestado, ao *querer* (como intencionalidade da narrativa).

Por sua vez, o adjuvante comporta dois semas funcionais, *representar* e *comunicar*, que são manifestados, respectivamente nas provas principais e glorificantes⁹.

A partir dessas estruturas sêmicas funcionais, podemos deduzir as dos outros actantes: por exemplo, ao sema *poder* do herói, podemos fazer corresponder um sema *impedir* na definição do oponente “artifício”. Essa dedução se verifica no texto¹⁰.

Antes de definir a estrutura qualitativa dos actantes, é preciso passar a um nível de análise hierarquicamente superior.

1.2.4. O sistema dialético

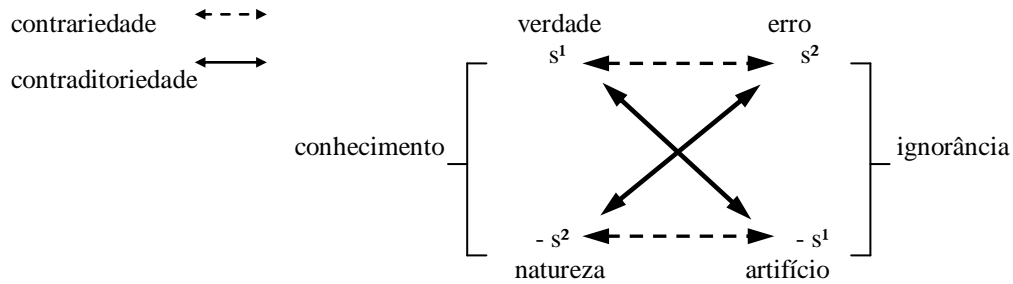
O inventário das qualificações dos actantes permite constituir quatro classes de conteúdos em relação de equivalência paradigmática. Retomando os lexemas utilizados por Tracy, podemos denominar essas classes semiológicas: *verdade*, *erro*, *natureza* e *artifício*. Cada uma é definida por um conteúdo sêmico comum a todos os sememas da classe. Elas se organizam em uma estrutura quadripolar, que pode ser identificada como a estrutura elementar dos sistemas semióticos (ao menos daqueles que comandam as manifestações narrativas¹¹). Temos^e:

⁹ Como o herói *espírito* é manifestado por diversos atores hipotáticos (*memória*, *vontade* etc), que se distinguem pelas especializações funcionais, o adjuvante é especificado, na manifestação, em signos de representação de ideias (*substantivo*, *verbo*, *adjetivo*), em signos de organização de ideias (*preposições*, *flexões*, *ordem das palavras*), e em signos de comunicação (*letras*).

¹⁰ Cf. *IS*, 3.

¹¹ Para justificativas teóricas cf. A. J. Greimas, F. Rastier, “*The Interaction of Semiotic Constraints*”, *Yale French Studies* 41; et A. J. Greimas, “*Éléments d’une grammaire narrative*”, *L’Homme*, 1969, IX (3), retomado em *Du Sens, Le Seuil*, 1970.

^e Apresentamos nessa tradução o quadrado semiótico corrigido e simplificado pelo autor. (N. T.)



As classes *verdade* e *erro* são opostas por uma relação de contrários ao nível das unidades constitutivas, o mesmo para *natureza* e *artifício*.

Verdade tem por constituintes *regularidade*, *imutabilidade*, *completude* etc (o sema constitutivo da classe é *totalidade*). *Artifício* tem por constituintes *irregularidade*, *variabilidade*, *incompletude* etc (o sema constitutivo da classe é *não-totalidade*). Paralelamente, *natureza* tem por componentes *origem*, *certeza*, *concretude* etc (sema constitutivo: *unidade*), e *erro* tem por componentes *não-origem*, *incerteza*, *abstração* etc (sema constitutivo: *não-unidade*).

Por outro lado, o texto indica uma relação de implicação entre *verdade* e *natureza* (é preciso um retorno à *natureza* para encontrar a *verdade*); e o *erro* implica o *artifício* (após o abandono da *natureza*, o *artifício* causou o *erro*).

As classes semiológicas se agrupam aos pares em espaços semânticos ou dêixis: o *conhecimento* é definido pela conjunção da *verdade* e da *natureza*, a *ignorância*, pela conjunção do *erro* e do *artifício*.

As operações dialéticas manifestadas que se sustém sobre essas classes de conteúdos são ao número de seis:

- duas constituem o *conhecimento*: a passagem da *verdade* à *natureza*, e a passagem da *natureza* à *verdade*;
- duas constituem a dêixis da *ignorância*: a passagem do *erro* ao *artifício*, a passagem do *artifício* ao *erro*;
- as duas últimas colocam em relação as duas dêixis, por intermédio dos subcontrários (ou conteúdos tópicos). Elas permitem a transformação dos conteúdos: a passagem da *natureza* ao *artifício* marca o início da alienação e a passagem do *artifício* à *natureza* marca o início da reintegração.

Obs.: Essa análise nos conduziu a um modelo que dá conta, ao mesmo tempo, das estruturas qualificativas e das estruturas funcionais do texto. Trata-se de um modelo mais forte que o modelo narrativo. Ele dá conta da estrutura semiótica profunda.

É nesse nível que podemos situar a problemática do que Foucault chama epistemê. Com efeito, sondagens em gramáticas como as de Port-Royal, Dumarsais, Condillac, Beauzée, indicam que podemos constituí-la a partir desses textos de modelos isomorfos que acabamos de utilizar. Eles se diferem entre si nos casos em que os constituintes das classes semiológicas não são completamente análogos e em que as operações dialéticas são diversamente modalizadas (por exemplo, para Port-Royal, a criação e a comunicação da verdade são possíveis, enquanto para Tracy elas são somente hipotéticas, se bem que, de fato, sua narrativa fracassa).

Essas diferenças podem ser relacionadas com as diferenças aparentemente inexplicáveis ao nível da manifestação: assim, por exemplo, a natureza é para Tracy mais “distante” que para Port-Royal, isto é, as operações necessárias para encontrá-la e a ela se adequar são mais numerosas e mais difíceis: é por isso que o estudo das derivações ou composições dos signos e das ideias a partir de sua origem natural toma um grande lugar em Tracy, daí, por exemplo, o papel primordial dado na sua gramática à interjeição, o grito natural que deu origem a todos os outros signos da linguagem articulada.

O que importa também para o estudo da ciência é ver aqui como, na ciência de Tracy, as transformações de conteúdo são operadas sobre uma isotopia mítica (aquela dos conteúdos tópicos natureza e artifício). Daí a conclusão de que a ciência clássica das linguagens é produzida por uma ideologia (também no sentido marxista do termo) na medida em que ela é comandada por esse sistema dialético que nós situamos ao nível da estrutura semiótica profunda ou epistemê. As estruturas narrativas parecem ser intermediárias, uma instância de mediação entre a ideologia (cf. supra) e a manifestação científica (ou outra). A permanência de um mesmo tipo de epistemê pode dar conta da recorrência de organizações narrativas análogas na maior parte das gramáticas clássicas. Assim, por exemplo, na gramática de Tracy, como na de Port-Royal, a distinção entre os signos necessários (representando uma ideia completa, ex.: substantivo, verbo) e os signos úteis (não representando uma ideia completa, ex.: preposição) reside em uma mesma distinção entre o herói e o adjuvante de uma subnarrativa “gramatical” hipotática da narrativa “ideológica” (no sentido de Tracy) em seu conjunto. Curiosamente, essa distinção entre as “palavras úteis” e as outras é ainda ensinada nas escolas francesas.

É, da mesma forma, no nível das estruturas semióticas profundas que podemos comparar o texto da Ideologia com os textos não-científicos. A diferença entre ciência e não-ciência parece, ao menos aqui, não poder ser definida exceto ao nível das estruturas semióticas superficiais. Por exemplo, a estrutura sêmica do conteúdo natureza em Bonald, na descrição que deu Jules Gritti no Colóquio de Lexicologia de Saint-Cloud (1968), é exatamente a mesma de Tracy. E, à primeira vista, será a mesma em Paulo e Virgínia^f....

^f Paul et Virginie (1787), obra de Bernardin de Saint-Pierre (1737-1814), que retrata o romance inocente de dois adolescentes no meio da natureza edênica da Ilha Maurício. (N.T.)

1.2.5. Dialética e narrativa

Definimos as relações entre a narrativa de *Ideologia* e a estrutura semiótica profunda que o comanda. Vemos que, por suas definições qualificativas, os actantes podem ser situados em relação às classes semiológicas do modelo.

Assim, no início da seqüência performativa, o herói-destinador e o adjuvante podem ser situados na classe da *natureza* (s^2). Ao fim da narrativa, quando eles terão realizado o *conhecimento*, sua estrutura semiológica será *verdade* mais *natureza* ($s^1 + s^2$).

O objeto do desejo, o *conhecimento*, tem a mesma estrutura complexa ($s^1 + s^2$). Com efeito, ele é *universal* (s^2) e *certo* (s^1), e conjuga diversas outras qualificações de *verdade* e *natureza*.

O destinatário *humanidade* é situado na classe da *verdade* (s^1), por qualificações como *universalidade* ou *uniformidade*.

O oponente é evidentemente situado na classe do *artifício*.

O *erro* não recebe uma tradução actancial que seja prevista pela teoria dos actantes: trata-se, se assim podemos dizer, do anti-destinador e do anti-sujeito, figurados pelos atores beneficiários da alienação (Deus, por exemplo).

Obs.: Se os actantes de uma narrativa podem ser definidos em relação ao sistema de conteúdos investidos, isso permite levantar a ambigüidade terminológica entre as unidades da narrativa e os actantes dos enunciados semânticos (estruturas linguísticas profundas), que nos propusemos a renomear por papéis formais, encerrando a confusão entre estruturas frásticas e estruturas transfrásticas.

A estrutura das diferentes provas da narrativa pode ser relacionada às valências narrativas¹² dos actantes presentes. Podemos então admitir que as provas são as manifestações, deixadas a cargo da gramática narrativa, das operações dialéticas inventariadas acima. Assim compreendidas, as três provas têm a mesma estrutura: elas operam uma denegação do *artifício*, correlativa a uma asserção da *natureza*, seguida da conjunção da *natureza* e da *verdade* (isto é, a asserção da fórmula semiológica do *conhecimento*). Nisso elas diferem, já que as qualificações das classes de *verdade* e *natureza* são atribuídas sucessivamente à linguagem (na prova qualificante), depois à argumentação (na prova principal) e, enfim, ao discurso escrito (na prova glorificante).

¹² Isto é, a possibilidade determinada pela situação de conteúdos investidos no actante no seio do sistema, de entrar em relação dialética com os outros conteúdos. O conceito de *valência* parece permitir ultrapassar a oposição *funcional* vs *qualificativo*.

Esta recapitulação sumária das relações entre a estrutura semiótica profunda e a estrutura narrativa nos será necessária para dar continuidade ao projeto de uma tipologia das manifestações.

1.3. Epílogo

1.3.1. Narrativa figurativa e narrativa não-figurativa

Agora temos elementos para provar a pertinência da utilização dessa categoria em uma tipologia das narrativas. O texto de Tracy não parece inteiramente figurativo. Com efeito, um actante como aquele que designamos por “espírito (natureza de)” é manifestado tanto pelas “faculdades intelectuais” quanto pelos “primeiros homens” ou a “criança”. Da mesma maneira, o mandatário do herói, que designamos como o “Ideologista”, pode ser manifestado pelo ator “razão” ou pelo ator “Condillac”.

Obs.: Inversamente, nas narrativas figurativas ou, mais precisamente, nas predominantemente figurativas, encontramos unidades não-figurativas. Por exemplo, George Mestre mostrou que no Adolphe a “timidez” tem estatuto de oponente.

Se, portanto, uma mesma unidade do nível das estruturas narrativas (um actante, por exemplo) pode ser manifestada no mesmo texto por sintagmas figurativos e por sintagmas não-figurativos, isso indica que a oposição *figurativo vs não-figurativo* pode ser pertinente¹³ ao nível dos sememas (=atores), mas não o é mais ao nível da estrutura narrativa propriamente dita (que é um conjunto ordenado de semas).

É uma razão a mais para pensar que a narrativa de predominância não-figurativa, cujas linhas gerais nós acabamos de apresentar, funcione, guardadas as devidas proporções, como um conto ou um mito: uma mesma gramática narrativa é suficiente, apesar dos conteúdos investidos não terem nada em comum.

1.3.2. A narrativa de manifestação figurativa e a teoria da narrativa

Se no começo deste trabalho tomamos por hipótese que a narrativa manifestada em um texto de predominância não-figurativa poderia ser um tipo diferente de narrativa de manifestação figurativa, é porque, à primeira vista, a análise narrativa “clássica” não parecia poder dar conta de maneira satisfatória de um texto como “Ideologia”. Essa ilusão

¹³ Ela somente deveria ser mantida na linguagem da semiótica se admitirmos o relativismo e, portanto, o etnocentrismo dessa empreitada. Com efeito, essa categoria somente tem pertinência assegurada em nosso universo cultural.

era possível, pois a análise narrativa foi constituída para descrever¹⁴ narrativas de manifestação figurativa, o que influenciou a teoria tanto nas denominações que ela propõem quanto nas definições que ela dá. Por exemplo, em seu estudo intitulado “Elementos de uma gramática narrativa”, Greimas escreve: “A gramática fundamental, que é de ordem *conceitual*, para poder produzir as narrativas manifestadas sob forma *figurativa* [...] deve de início receber, em um nível semiótico intermediário, uma representação antropomorfa, mas não-figurativa”. Sem voltar aos problemas que a categoria *figurativo* vs *não-figurativo* formula, veremos se o lugar dado à representação antropomorfa na teoria não está demasiadamente calcado sob a influência das narrativas figurativas descritas:

- a) As denominações: palavras como *herói* e *traidor* incomodam por sua conotação antropomórfica, que não é de modo algum justificada se admitirmos definir esses actantes pelos semas funcionais característicos e pelo lugar de seus conteúdos investidos no interior do modelo qualificativo-dialético.
- b) As definições: elas parecem restritas demais para convir à narrativa resumida acima:

- As funções:

A *luta* para a obtenção de um objeto pode ser apresentada como a fabricação deste objeto. E a função hipotática *afrentamento* surge, então, quando o actante afasta os obstáculos dessa produção (por exemplo, o espírito deve afastar, na sua criação das linguagens, as imperfeições dos signos).

O *contrato*, notadamente quando os actantes não são “humanos”, não subsume necessariamente a distinção *missão* vs *aceitação*. A função pode ser estabelecida pela *identificação* dos actantes presentes (manifestada, por exemplo, sobre a isotopia científica de *Ideologia* como uma definição). Podemos aproximar disso o fato de que nos textos épicos o contrato que precede uma luta é frequentemente estabelecido pela *troca de nomes* entre os combatentes.

A comunicação (que é frequentemente a consequência de uma prova) não é — mais que o contrato — manifestada necessariamente como uma troca linguística. E mesmo ela não exige a distinção entre destinador e destinatário, já que ela pode aparecer como tomada

¹⁴ Ou, ao menos, descrevendo tais narrativas.

de posse do objeto, sem que haja a transmissão explícita. É porque a alienação que acompanha o êxito das “provas do traidor” pode ser considerada como uma comunicação.

O deslocamento não é necessariamente manifestado por uma disjunção espacial (como nas narrativas figurativas cujas descrições científicas nós conhecemos), mas pode aparecer como uma disjunção temporal ou modal.

Vemos que seria útil redefinir as funções em relação à estrutura profunda dos enunciados manifestados para evitar qualquer recurso a definições substanciais. Isso suprimiria o risco de uma antropomorfização *a priori* das unidades narrativas.

- Os actantes:

O exemplo de *Ideologia* impede-nos não somente de considerá-los como entidades figurativas, os personagens, mas ainda de integrá-los às forças dotadas de intencionalidade. A maior parte dos seus actantes são “privados”, suas performances são apresentadas como fatos ou, em outros termos, suas funções são manifestadas sem que as motivações também o sejam. Parece que — como a oposição *figurativo vs não-figurativo* — a distinção entre motivação e função aparece apenas ao nível da manifestação linguística, após a assunção da narrativa pela narração. Qualquer que seja um mesmo actante, o oponente da narrativa ideológica (que na ausência de um termo melhor nós definimos pelo lexema que recobre um de seus atores: “*artifício*”), tem um ator não-figurativo ao qual não são atribuídas motivações (“artifício”) e um ator figurativo ao qual as motivações são atribuídas (“teólogos”)¹⁵.

Malgrado a experiência adquirida na descrição de narrativas figurativas, não parece que o nível das estruturas narrativas seja o local de uma antropomorfização dos conteúdos investidos, nem mesmo de sua “biomorfização”. Sua característica principal, portanto, reside na transformação das operações dialéticas (lógicas) em um *fazer* semiótico¹⁶.

1.3.3. O prático e o mítico

¹⁵ Se este estudo não se limitasse às estruturas narrativas propriamente ditas, teríamos aqui elementos para reconsiderar a definição de *ator*, “unidade lexical do discurso”, cujo “conteúdo semântico mínimo” é definido “pela presença de semas: (a) *entidade figurativa* (antropomórfica, zoomórfica ou outra), (b) *animado* e (c) suscetível de *individualização* (concretizado no caso de certas narrativas, literárias, sobretudo, pela atribuição de um substantivo próprio)”, (Greimas, “*La Structure des actants du récit*” (II.2), in *Du Sens*).

¹⁶ Cf. Greimas “*Éléments d’une grammaire narrative*”, *art. cit.*, III.2.1.

Se o texto de *Ideologia* (que provisoriamente admitimos ser “prático”, já que se apresenta como científico) comporta estruturas narrativas comparáveis àquelas dos textos míticos, perguntamo-nos se a oposição *prático vs mítico* pode ser um critério para uma tipologia das narrativas ou se o texto estudado é realmente prático (científico-tecnológico).

É preciso, para responder, definir o que entendemos por prático e, mais precisamente, por científico. A distinção utilizada acima entre “isotopia científico-tecnológica” (aparente na maioria das vezes) e a “isotopia mítica” (latente na maioria das vezes) não deve nos iludir. Elas são distinguidas segundo os campos semânticos estruturados pelos sememas do texto. Por exemplo, atribuímos à primeira os enunciados sobre as preposições e à segunda os enunciados sobre o artifício¹⁷. Como a isotopia mítica era a única a permitir uma leitura coerente do texto inteiro, nós a reconhecemos como isotopia fundamental. Mas, de qualquer maneira, essa distinção empírica ao nível dos sememas não é pertinente ao nível (sêmico) das estruturas narrativas propriamente ditas, no qual o problema permanece intocado.

Para saber se esse problema é bem formulado, é preciso colocar em questão o estatuto da oposição *prático vs mítico*. A semiótica está avançada demais para fundar tal oposição sobre uma distinção ao nível do referente dos discursos, mas ela não é avançada o suficiente para fundá-la, se é possível, sobre uma distinção ao nível das situações não-linguísticas.

Esse impasse pode ser evitado por um deslocamento conceitual. Propomos chamar de narrativa (mítica ou ideológico-axiológica por definição) todo texto produto da interação:

- (a) de um sistema dialético quadripolar compreendendo duas classes de conteúdos tópicos, duas classes de conteúdos correlatos e articulados em duas dêixis contraditórias;
- (b) da gramática discursiva fundamental¹⁸;
- (c) de um sistema lingüístico¹⁹.

Essa redefinição reúne os dois tipos de definições dadas geralmente à narrativa:

¹⁷ Esse tipo de distinção depende, infelizmente, de uma verossimilhança cultural, pois a teoria das isotopias ainda está por ser feita.

¹⁸ Nada mais que a “gramática narrativa” que, uma vez reformulada segundo os princípios propostos acima, poderia servir aos textos não-narrativos, mas articulados em actantes e funções (livros de cozinha, memorando para os oficiais de infantaria etc).

¹⁹ Em sentido lato, o que inclui o cinema, as histórias em quadrinho etc.

- sua estrutura elementar é definida ao nível semiótico profundo (no qual se situa a dialética) como a correlação lógica de quatro termos (cf. a primeira definição do mito segundo Lévi-Strauss e a definição de estrutura elementar da narrativa por Greimas);
- sua constituição imediata é apresentada como o resultado de uma combinatória de actantes e de funções (Propp, Souriau, Greimas, Dundes, Brémond).

A partir disso, podemos definir dois tipos de não-narrativas:

- (A) Um texto prático (ou tecnológico-científico por definição) é produto da interação:
- 1) de um sistema semiótico profundo não comportando a organização quadripolar descrita acima nem, por conseguinte, as relações dialéticas correspondentes;
 - 2) da gramática discursiva fundamental;
 - 3) de um sistema linguístico.

Desatenção e/ou censura, os textos científicos ou tecnológicos quase não foram descritos cientificamente. Podemos presumir, entretanto, que a definição acima lhes convém:

- (a) ao nível semiótico profundo esses textos não articulam inversão dos conteúdos. Isso é claro para as ciências, nas quais o único princípio fundamental é o da não-contradição, com exceção dos textos tecnológicos, que substituem os conteúdos uns aos outros (a receita de cozinha substitui o *cozido* pelo *cru*, o manual de instruções, o *unido* pelo *separado*). Mas é preciso notar entre os textos científicos e técnicos e os textos míticos estas diferenças fundamentais: as categorias semânticas que articulam os primeiros não são consideradas como homólogas entre elas, e não se constituem, portanto, em classes paradigmáticas. Consequentemente, não pode aparecer oposição paradigmática nem sucessão sintagmática entre os conteúdos tópicos e correlatos, nem operação dialética sobre estes conteúdos. No mais, uma leitura plurisotópica desses textos é impossível.

Suas categorias semânticas são simplesmente organizadas em campos semânticos autônomos (apesar de poderem ser interdefinidos, notadamente nas ciências), se bem que podem aparecer aí apenas as substituições parciais dos conteúdos;

- (b) ao nível da gramática discursiva, nem os actantes nem as funções são definidas em relação às classes semiológicas e às operações dialéticas. Assim, por exemplo, o sujeito da receita de cozinha é um *você* desprovido de conteúdo, não qualificado no texto. Os actantes não têm mais, entre eles, relações qualificativas. O adjuvante, por exemplo, não é mais necessariamente hipotático do sujeito

(quando, por exemplo, trata-se de um instrumento²⁰), e o oponente não é mais necessariamente distinto do objeto (quando se trata, por exemplo, de um defeito da madeira). Quanto às funções, se elas podem agrupar-se em sintagmas²¹, não são mais da ordem de finalidade e investimentos canonicamente definidos, como é o caso das provas de uma narrativa que manifestam um algoritmo orientado de operações dialéticas.

(B) Há, enfim, textos míticos (ideológico-axiológicos), mas não-narrativos. São produtos da interação:

(I) de um sistema semiótico profundo com quatro classes de conteúdos homólogos, articulado em duas dêixis contraditórias;

(II) de um sistema linguístico.

Tal texto não comporta nem dramatização, nem narrativização, e constitui-se de uma justaposição de conteúdos, ou da sequência de suas substituições. Assim, por exemplo, para o primeiro caso desta manifestação redundante de um termo complexo, temos:

*“Whatever is fickle, freckled (who knows how?)
With swift, slow; sweet, sour; adazzle, dim”^g*
(HOPKINS)

Já apresentamos aqui a análise de um exemplo do segundo caso (o poema de Mallarmé intitulado “*Remémorations d’amis belges*”)^h.

*Obs.: Encontramos, evidentemente, textos complexos que incluem muitas das manifestações distinguidas acima. Por exemplo, um texto tecnológico pode estar integrado a uma narrativa mítica. Assim acontece em Ideologia, em que as sequências sobre a combinação de signos, sem significação dialética, são integradas por seus dados e suas consequências à narrativa mítica hierarquicamente superior. O mesmo se considerarmos as sequências tecnológicas das revistas femininas (receitas de cozinha etc) como uma fabulação mítica: a ideologia conjugal burguesa. Os exemplos dessa mitificação do tecnológico são inumeráveis.
A compatibilidade dos diferentes tipos de manifestação parece, em todo caso, indicar que não existe apenas um tipo de gramática discursiva.*

1.3.4. Direções de pesquisa

²⁰ Só é hipotático no discurso ideológico-axiológico dos inspetores de escola, para quem “um mau obreiro tem um mau instrumento” e no texto, esse também mítico, de Tracy, no qual o “instrumento” linguagem é apenas uma manifestação do espírito.

²¹ A fabricação de um molho, por exemplo.

^g “*Não importa se incerta, pintalgada (quem sabe quanto?) / veloz, lenta; doce, azeda; brilhante, sombria*”. Citação dos dois primeiros versos da segunda estrofe de “*Pied Beauty*” (*Poems*, 1918) de Gerard Manley Hopkins (1844–1889), poema que louva o poder divino pela diversidade na criação dos seres e das coisas. (N.T.)

^h Referência ao estudo “*La signification dans les poèmes de Mallarmé*” (p. 03-87), que compreende a primeira parte da obra a partir da qual se fez a presente tradução.

Essas redefinições permitem, agora, vislumbrar uma tipologia interna das narrativas. Já que uma narrativa se diferencia das outras manifestações pela interação de seus componentes (a) e (b) — o componente (c) sendo comum a outras manifestações — podemos prever dois tipos de critérios: aqueles que dependem do nível semiótico profundo, e aqueles que dependem do nível semiótico superficial (no qual opera a gramática discursiva). Como as estruturas desses dois níveis definem a narrativa, e como — até que se diga o contrário — podemos pensar que são regidas por sintaxes invariantes, uma tipologia não pode diferenciar o *uso* feito dessas sintaxes, isto é, as *performances* semióticas. Assim:

— ao nível (a), podemos prever uma tipologia segundo as operações dialéticas possíveis (unidades iniciais e finais, operações mediadoras). A redefinição, neste nível, da oposição *prático vs mítico* permitirá, talvez, precisar a oposição entre ciência e ideologia. Isso interessa à semiótica (ela elabora uma tipologia dos discursos) e a diz respeito (ela ainda não é científica);

— ao nível (b), podemos, levando em conta incompatibilidades definidas pela gramática discursiva, prever uma tipologia das estruturas dos processos dos actantes, depois, no patamar superior, uma tipologia funcional (tipos de agrupamentos de funções) e, enfim, uma tipologia sintagmática (narrativas compreendendo reiterações — cf. o estudo do Dom Juan¹ — e/ou os encadeamentos de narrativas hierarquicamente inferiores).

Segundo o que sabemos sobre as relações dos níveis semióticos profundo e superficial, a tipologia do nível profundo deve ser traduzível nos termos da tipologia do nível superficial²².

Esse trabalho deveria desenvolver-se paralelamente a uma tipologia das narrações, descrevendo as relações entre os níveis semióticos e o nível linguístico propriamente dito. Ela permitiria dar conta do problema das isotopias aparentes (um texto mítico – como o de *Ideologia* – pode ter uma isotopia prática aparente, e vice-versa)²³.

¹ Referência ao estudo “*L’ambiguïté du récit: la double lecture de Dom Juan de Molière*” (p. 89-161), contido na seção 1 da segunda parte da obra a partir da qual se fez a presente tradução.

²² A tipologia das narrativas proposta por E. Köngas e P. Maranda, em *Structural Models in Folklore*, testemunha essa possibilidade na medida em que ela justapõe critérios que dependem dos dois níveis. Ela supõe a preeminência do nível profundo na medida em que os critérios determinantes dependem disso: eles descrevem o tipo de oposição inicial e a mediação.

²³ Este artigo foi escrito há mais de trinta anos. Como não houve uma grande repercussão, seu tema não perdeu realmente a atualidade – ao menos para mim. Podemos também, entre trabalhos recentes sobre a questão, mencionar: o último capítulo de *Arts et sciences du texte* (Paris, PUF, 2001), que trata da tipologia de discursos e gêneros; para a semântica do texto filosófico, o estudo “*L’Être naquit dans le langage*” (*Methodos*, I, Lille, Presses du Septentrion, 2000, pp. 103-132); para a semântica de textos científicos e, mais geralmente, teóricos, “*Semantics of theoretical texts*”, (Flottum, K., Rastier, F. (ed), *Academic Discourse*, Multidisciplinary Approaches, Oslo, Novus Press, 2003). (Nota do autor para esta tradução)